

*3 SET 1989

Barbosa Lima Sobrinho*

Não é a primeira vez que procuro chamar a atenção das autoridades brasileiras, responsáveis pela dívida externa, para o problema das reparações de guerra, impostas aos alemães pelos países vencedores da Primeira Guerra Mundial. Se as dívidas externas resultam de entendimentos e de compromissos entre credores e devedores, as reparações de guerra surgiam da obrigação de reparar as imensas destruições de que eram responsáveis os exércitos germânicos, o que não deixaria de ser mais um dever do que os termos de um contrato, já em parte cumprido com as prestações pagas e pagamento dos juros a que estavam sujeitos. Creio que, comparadas as duas obrigações, as reparações de guerra avultariam como um dever sagrado, por motivos de ordem moral acima de qualquer restrição.

Não obstante, o tratamento de um e do outro, do pagamento das reparações e das prestações das dívidas externas, se tem distanciado, com as facilidades de que usufruiram as reparações e a intransigência com que se vem exigindo do Terceiro Mundo o pagamento de sua dívida externa. Para estes, nada mais do que a acusação de caloteiro. Para os alemães, uma série de concessões que foram, pouco a pouco, reduzindo o pa-

gamento das reparações até a sua completa extinção. Verdade que as reparações de guerra encontraram ardente defensor em John Maynard Keynes, com a sua imensa autoridade e a sua força de persuasão, interpretando interesses de sua pátria, a poderosa Inglaterra, ansiosa pelo restabelecimento de suas relações comerciais com a Alemanha vencida. Verdade que também surgem, aqui e ali, algumas vozes que poderiam atenuar os imensos sacrifícios impostos pela dívida externa aos países do Terceiro Mundo. Mas sem a mesma força e o mesmo grau das concessões outorgadas no processo das reparações. Nada que se pudesse equiparar, em poder de persuasão, ao livro genial de Keynes, em defesa da Alemanha derrotada, argumentando com os limites naturais de sua capacidade de pagar.

O fato é que as dificuldades de satisfazer as prestações das reparações não chegaram a provocar as iras dos inimigos dos calotes. Ao contrário, os próprios vencedores se curvaram à necessidade de socorrer a Alemanha para que se tornasse possível o pagamento das reparações. Numerosas conferências internacionais se sucederam para armar esquemas com que tornar possível o cumprimento das obrigações da Alemanha, e que já estavam constituindo o caldo de cultura para uma reação que iria provocar manifestações de crueldade imprevisíveis, sob o regime de Adolf

Hitler. Houve uma longa batalha entre os que exigiam o cumprimento fiel das obrigações germânicas e os que se esforçavam para aliviá-las e torná-las possíveis. O Tratado de Versalhes foi para o banco dos réus, embora a idéia das reparações fosse criação da própria Alemanha, vitoriosa na guerra contra a França, em 1870. A resistência alemã não recusou nenhum recurso que pudesse atenuar, ou anular, as suas obrigações. Começou pela desvalorização do marco, numa operação que desviou para os especuladores de todo o mundo o sacrifício alemão. Muita gente perdeu dinheiro pela exagerada confiança na força

da economia germânica, que considerava mais poderosa do que os exércitos alemães derrotados nos campos de batalha.

Os Estados Unidos se constituíram defensores da causa alemã, no problema das reparações, organizando pla-

nos, que partissem da redução do montante das reparações. E fizeram mais do que isso, emprestando dinheiro para que a Alemanha pagasse as prestações que se fossem vencendo. O plano Dawes foi o primeiro, em 1924. Mas veio depois o plano Young, já em 1929. E não se limitaram os Estados Unidos a reduzir o montante das reparações que eram, afinal, dívida de guerra. Proporcionaram recursos necessários, sob a forma de empréstimos, para a cobertura das prestações vencidas, de tal modo que as duas cifras acabaram se aproximando e, praticamente, se igualando o pagamento das reparações e os empréstimos concedidos à Alemanha pelos antigos adversários, como nos informa o excelente *Dictionnaire d'Histoire Universelle* de Michel Mourre. Do total das reparações, de 1919 a 1931, a Alemanha pagou pouco mais de 36 bilhões de marcos ouro. Como informa o *Dictionnaire*,

JORNAL DO BRASIL
durante esse período, recebeu do estrangeiro empréstimos de 33 bilhões de marcos ouro. Tão-somente uma diferença de 3 bilhões de marcos ouro foi tudo o que a Alemanha teve que desembolsar, a título de reparações de guerra, no período entre 1919 e 1931, no decurso de 13 anos, o que daria, para cada ano, cerca de 230 milhões de marcos ouro. Como já estámos longe dos 12 ou 15 bilhões de dólares que só o Brasil é obrigado a pagar cada ano!

O que leva esse *Dictionnaire* que venho citando a concluir que o encargo das reparações foi desprezível (*negligible*) e não poderia ser responsável pelas dificuldades financeiras da República de Weimar. Sobretudo se acrescentarmos que a moratória Hoover, em 1930, e, pouco depois, a Conferência de Lausanne extinguiram de vez a obrigação de pagar as reparações de guerra, isto é, deixar de indenizar os imensos prejuízos causados pelos exércitos da Alemanha às nações aliadas. Passara à letra morta o Tratado de Versalhes. Três bilhões de marcos ouro, em 13 anos, fora tudo a que a Alemanha fora afinal obrigada, a título de reparação de guerra. O que estava longe de valer como extorsão, sobretudo levando em consideração o imenso poder econômico de um país que não sofrera nenhuma invasão.

Mas concorda o *Dictionnaire* reconhecendo que se foi pequeno o sacrifício financeiro das reparações, "em compensação o efeito moral e político dessas

obrigações passou a ser desastroso e as reparações se constituiram, à medida que a guerra se afastava, num tributo humilhante e injustificado, como tal explorado incansavelmente pela propaganda nacionalista e hitleriana contra o Tratado de Versalhes. Valeram como um terrível *handicap* não financeiro, mas moral, como os sucessos posteriores vieram demonstrar.

Não é outra a conclusão a que chega James W. Angell, no documentado artigo que escreveu para a *Encyclopaedia of Social Science*. Embora tenha como argumento que havia necessidade de encontrar melhor solução que o pagamento das reparações, por se tratar de uma potência de primeira classe, derrotada na guerra, a *defeated first power*. Por isso mesmo estava amplamente justificada a preocupação de examinar, com a maior benevolência, a capacidade de pagar dos vencidos.

Verdade que o Terceiro Mundo está longe dessa classificação de potência de primeira classe. Talvez isso, se não justifica, pelo menos explica a intransigência dos credores de sua dívida externa, que está muito acima de sua capacidade de pagar, com os juros extorsivos que a sobrecarregam. Será que os seus efeitos morais e políticos não virão a constituir, de futuro, um problema ainda maior para as nações de primeira classe?

* Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa